

DIVULGAÇÃO DE DECISÃO DE CONTRAORDENAÇÃO

Processo de contraordenação da CMVM n.º: 26/2017

Arguido: Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Tipo de infração:

PI	Proteção e Apoio ao Investidor	
ITEM	Integridade e Transparência e Equidade do Mercado	
SOIC	Supervisão dos Organismos de Investimento Coletivo	
IFnA	Intermediação Financeira não Autorizada	
PSFaI	Prestação de Serviços Financeiros através da Internet	
DIF	Deveres dos Intermediários Financeiros	
DI	Difusão da Informação	x
PQ	Participações Qualificadas	
RCA	Relatório e Contas Anuais	
RCS	Relatório e Contas Semestrais	
RCT	Relatório e Contas Trimestrais	
AUD	Audidores	
PAI	Peritos Avaliadores de Imóveis	
BCFT	Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo	

Assunto: Decisão.

Forma de Processo: Sumaríssimo

Infrações: Violação dos deveres de divulgação (no sistema de difusão de informação da CMVM) i) dos documentos de prestação de contas anuais, no prazo de quatro meses a contar da data de encerramento do exercício, previsto no artigo 245.º, n.º 1 do CVM; ii) dos documentos de prestação de contas semestrais, até ao final do terceiro mês seguinte ao termo do primeiro semestre do exercício, previsto no artigo 246.º, n.º 1 do CVM.

Factos ocorridos em: 2017-2021

Estado do processo:

Foi requerida a impugnação judicial desta decisão	
A presente decisão transitou em julgado/ tornou-se definitiva.	x

Tendo em conta o disposto no artigo 422.º, n.º 1 do CVM, vem a CMVM divulgar a seguinte decisão:

1. A Arguida, enquanto entidade emitente de valores mobiliários (ações) admitidos à negociação em mercado regulamentado a funcionar em Portugal, não divulgou – devendo ter divulgado –, no sistema de difusão de informação (“SDI”) da CMVM, os seus documentos de prestação de contas anuais, respeitantes aos exercícios de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, no prazo de quatro meses a contar da data de encerramento desses exercícios (ou seja, até 30 de abril de 2017, 30 de abril de 2018, 30 de abril de 2019, 30 de abril de 2020 e 30 de abril de 2021, respetivamente).

Com a sua conduta, a Arguida violou, por cinco vezes, o dever de divulgar, no SDI da CMVM, os seus documentos de prestação de contas anuais no prazo de quatro meses a contar da data de encerramento do exercício a que respeitem, previsto no artigo 245.º

n.º 1 do CVM, o que constitui contraordenação muito grave punível, nos termos do disposto nos artigos 389.º, n.º 1, al. b) e 388.º, n.º 1, al. a), ambos do CVM, com coima entre € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) e € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros).

2. A Arguida, enquanto entidade emitente de valores mobiliários (ações) admitidos à negociação em mercado regulamentado a funcionar em Portugal, não divulgou – devendo ter divulgado –, no SDI da CMVM, os seus documentos de prestação de contas semestrais, respeitantes ao primeiro semestre dos exercícios de 2019, 2020 e 2021, até ao final do terceiro mês seguinte ao termo desse semestre (ou seja, até 30 de setembro de 2019, 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, respetivamente).

Com a sua conduta, a Arguida violou, por três vezes, o dever de divulgar, no SDI da CMVM, os seus documentos de prestação de contas semestrais, até ao final do terceiro mês seguinte ao termo do primeiro semestre do exercício a que respeitem, previsto no artigo 246.º, n.º 1 do CVM, o que constitui contraordenação muito grave punível, nos termos do disposto nos artigos 389.º, n.º 1, al. b) e 388.º, n.º 1, al. a), ambos do CVM, com coima entre € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) e € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros).

Atentas as circunstâncias do caso concreto, deliberou o Conselho de Administração desta Comissão aplicar à Arguida uma coima única no montante de **€ 75.000,00 (setenta e cinco mil euros), integralmente suspensa na sua execução, pelo período de dois anos.**